

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1

NOÇÕES PRELIMINARES 31

1. Relevância do estudo do Direito Administrativo.....	31
2. Ramo do direito público (taxinomia do Direito Administrativo)	32
3. Conceito de Direito Administrativo	32
4. Fontes do direito administrativo	36
5. Sistemas administrativos	38
5.1. Coisa julgada administrativa.....	40
6. Legislação sobre Direito Administrativo	40
7. Estado, Governo e administração pública .	41
7.1. Formas de Estado	42
7.2. Poderes do Estado.....	44
7.3. Governo.....	45
7.4. Formas de governo.....	45
7.5. Administração Pública.....	46
8. Administração Pública no sentido subjetivo/orgânico/formal	46
9. Administração Pública no sentido material/objetivo/funcional	47
10. Função administrativa e função política ..	49

ESTUDO AVANÇADO

1. Atividades Administrativas	50
2. Leis de efeito concreto e função administrativa.....	50
3. Administração Pública Extroversa e Introversa	50
4. Constitucionalização do Direito Administrativo (reflexões e consequências).....	51
5. Costume e Praxe Administrativa.....	53

REVISÃO

QUESTÕES DE CONCURSO

CAPÍTULO 2

PRINCÍPIOS ADMINISTRATIVOS..... 59

1. Introdução	59
2. Princípios expressos	61
2.1. Legalidade	61
2.2. Impessoalidade	64
2.2.1. Súmula Vinculante nº 13 do STF.	65
2.2.2. Aplicações da Súmula Vinculante nº 13 do STF	67
2.3. Moralidade.....	69
2.4. Publicidade.....	73
2.5. Eficiência	75
3. Princípios implícitos.....	78
3.1. Razoabilidade e proporcionalidade..	78
3.2. Motivação	80
3.3. Supremacia do interesse público sobre o interesse particular	83
3.3.1. Indisponibilidade do interesse público.....	83
3.4. Contraditório e ampla defesa.....	84
3.5. Segurança jurídica (proteção à confiança).....	85
3.6. Autotutela (sindicabilidade)	89
3.7. Tutela ou controle administrativo	90
3.8. Hierarquia.....	90
3.9. Continuidade dos serviços públicos .	90
3.9.1. Exceção ao contrato não cumprido em contratos administrativos	91
4. Outros princípios	91
4.1. Princípio da obrigatoriedade.....	92
4.2. Princípio da responsabilidade civil do Estado.....	92

4.3. Princípio da presunção de legitimidade dos atos administrativos.....	92	9.10. Dos procedimentos de classificação, reclassificação e desclassificação.....	111
4.4. Princípio da precaução.....	92	9.11. Responsabilidades.....	112
4.5. Princípio da subsidiariedade.....	92	9.12. Meios judiciais de garantir o acesso à informação.....	113
4.6. Princípio da responsabilidade e responsividade.....	92	9.13. Dos recursos – art. 15.....	114
4.7. Princípio da sancionabilidade.....	93	10. Venire contra factum proprium na administração pública.....	115

ESTUDO AVANÇADO

1. Princípios fundamentais do regime jurídico administrativo.....	93	11. Comentários à Lei anticorrupção – Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.....	117
2. Considerações sobre a evolução do princípio da legalidade.....	94	11.1. Âmbito de aplicação.....	117
3. Princípio da impessoalidade X finalidade..	95	11.2. Sujeitos atingidos.....	117
4. Princípio da Publicidade.....	96	11.3. Responsabilização objetiva.....	118
5. Razoabilidade e proporcionalidade são sinônimos?.....	97	11.4. Condutas típicas.....	119
6. Princípio da Motivação.....	97	11.4.1. Bem jurídico protegido.....	119
6.1. Obrigatoriedade de motivação: doutrina.....	98	11.4.2. Sujeitos passivos.....	119
7. Indisponibilidade do interesse público e arbitragem.....	100	11.4.3. Tipicidade objetiva.....	119
8. Princípio da subsidiariedade.....	101	11.4.4. Tipicidade subjetiva.....	119
9. Comentários à Lei de acesso à informação – Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.....	102	11.5. Penalidades.....	120
9.1. Âmbito de aplicação.....	102	11.5.1. Sanções administrativas.....	120
9.2. Noções gerais.....	103	11.5.2. Sanções judiciais.....	120
9.3. Direito constitucional à informação..	104	12. Procedimento de responsabilização.....	121
9.4. Direito à memória e à verdade.....	105	12.1. Administrativo.....	121
9.5. Diretrizes do acesso à informação....	106	12.2. Judicial.....	121
9.6. Conceitos previstos na lei.....	108	13. Programa de compliance.....	122
9.7. Do acesso a informações e da sua divulgação – art. 6º.....	108	14. Acordo de leniência.....	123
9.8. Procedimento de acesso à informação.....	109	14.1. Noções iniciais.....	123
9.9. Restrições ao acesso à informação...	110		

JURISPRUDÊNCIA SELECIONADA

REVISÃO

QUESTÕES DE CONCURSO

CAPÍTULO 3

ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA	133
1. Introdução.....	134
2. Formas de prestação da atividade administrativa (Concentração e desconcentração; centralização e descentralização)	134
2.1. Administração Direta e Indireta	138

3. Extensão da administração direta	138	1.1. Iniciativa das leis sobre criação de órgãos e entidades do Poder Executivo.....	204
4. Personalidade jurídica de direito público e de direito privado.....	139	2. O caso do parecer AC-051, de 2006, da AGU – Recurso hierárquico impróprio	204
5. Entidades paraestatais.....	140	3. Teoria da Encampação.....	207
6. Estudo dos órgãos	141	4. Princípio da especialidade na Administração Indireta	208
6.1. Características dos órgãos.....	141	5. Capacidade processual de órgãos	208
6.1.1. Personalidade jurídica	141	6. Classificação dos órgãos	209
6.1.2. Patrimônio próprio	141	7. Formas de Descentralização	209
6.1.3. Capacidade processual	141	8. Criação de subsidiárias	209
6.2. Teorias do órgão.....	142	9. Entidades da Administração Indireta em espécie	210
6.3. Criação e extinção de órgãos.....	143	9.1. Agências reguladoras	210
6.4. Classificação	144	9.1.1. Foro dos litígios	211
7. Estudo da administração descentralizada .	148	9.2. Agências executivas.....	211
7.1. Formas de descentralização administrativa	149	9.3. Fundações – divergência acerca da natureza jurídica.....	211
7.2. Criação das entidades da Administração Indireta	152	9.3.1. Controle do Ministério Público...	212
7.3. Criação de subsidiárias.....	154	9.3.2. Controle das fundações governamentais pelo Ministério Público.....	213
7.4. Administração Indireta no Poder Judiciário e Legislativo	155	9.3.3. Responsabilidade civil	213
7.5. Relação da Administração Direta e Indireta	155	9.4. Sociedade de Economia Mista e Empresa Pública	213
7.6. Entidades da Administração Indireta em espécie	157	9.4.1. Lei autoriza a criação (art. 37, XIX, da CF).....	213
7.6.1. Autarquias	157	9.4.2. Regime de pessoal.....	214
7.6.1.1. Características	159	9.4.3. Regime tributário	214
7.6.2. Agências executivas	170	9.4.4. Regime de bens	215
7.6.3. Agências reguladoras.....	172	9.4.5. Falência.....	215
7.6.4. Consórcios públicos	175	9.4.6. Forma de organização	216
7.6.5. Fundações	177	9.4.7. Composição do capital	216
7.6.5.1. Características	181	9.4.8. Foro processual	216
7.6.6. Sociedade de economia mista e empresa pública	183	10. LEI 13.303/2016 – Lei de Responsabilidade das Estatais.....	217
7.6.6.1. Traços comuns.....	187	10.1. Introdução	217
7.6.6.2. Traços distintivos.....	200	10.1.1. Âmbito de aplicação	219
7.6.7. Empresas controladas pelo Poder Público.....	203	10.1.2. Conceito de EP e SEM.....	221
		10.1.3. Requisitos de Transparência..	223
		10.1.4. Regras de estruturas e práticas de gestão de riscos e controle interno	224
ESTUDO AVANÇADO			
1. Extensão da Administração Indireta – (Criação de entidades da Administração Indireta por órgãos do Poder Judiciário e Legislativo)	204		

10.1.5.	Solução de conflitos pela arbitragem	224
10.1.6.	Regras de funcionamento.....	224
10.1.7.	Conselho de administração – CONSAD.....	225
10.1.7.1.	Competências do CONSAD	228
10.1.7.2.	Do conselheiro independente	229
10.1.8.	Comitê de Auditoria Estatutário	229
10.1.9.	Da Diretoria	231
10.1.10.	Do Conselho Fiscal – CONFINS	231
10.2.	Licitações	232
10.2.1.	Art. 28 fixa regra nas licitações	233
10.2.2.	Procedimento de manifestação de interesse privado	237
10.2.3.	Diretrizes a serem observadas nas licitações	238
10.2.4.	Sigilo no valor estimado	238
10.2.5.	Sanções.....	239
10.2.6.	Regras de impedimento de participação.....	240
10.2.7.	Vedação de participação de parentes e empregados.....	241
10.2.8.	Pré-qualificação – art. 39.....	241
10.2.9.	Das normas específicas para obras e serviços	241
10.2.9.1.	Conceitos.....	241
10.2.10.	Vedações	243
10.2.11.	Remuneração variável	243
10.2.12.	Das normas específicas para aquisição de bens	243
10.2.13.	Das normas específicas para alienação de bens	244
10.2.14.	Do procedimento de licitação	244
10.2.14.1.	Fases.....	244
10.2.14.2.	Modos de disputa	249
10.2.14.3.	Critérios de julgamento – tipos de licitação – art. 54	249
10.2.14.4.	Desempate	250
10.2.15.	Dos procedimentos auxiliares das licitações	251
10.3.	Dos contratos	253
10.3.1.	Da formalização dos contratos.....	253
10.3.2.	Garantias	254
10.3.3.	Duração dos contratos.....	254
10.3.4.	Alteração dos contratos.....	255

10.3.5.	Convocação e assinatura do contrato	255
10.3.6.	Responsabilidades do contratado	255
10.3.7.	Subcontratação.....	256
10.3.8.	Da alteração dos contratos....	256

10.4. Da fiscalização pelo Estado e pela sociedade	258
10.5. Disposições finais e transitórias	259

JURISPRUDÊNCIA SELECIONADA

REVISÃO

QUESTÕES DE CONCURSO

CAPÍTULO 4

REFORMA DO ESTADO E TERCEIRO SETOR.....		271
1. Introdução		271
2. Entidades paraestatais.....		275
2.1. Serviços sociais autônomos – Entidades do sistema “S”		277
2.2. Organizações Sociais (OSs)		278
2.2.1. Procedimento licitatório.....		279
2.2.2. Lei nº 9.637/98 e ADI nº 1.923 ...		280
2.3. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP)		281
2.3.1. Procedimento licitatório.....		282
2.4. Fundações ou entidades de apoio....		283
2.5. Organizações da Sociedade Civil – OSC		284
2.5.1. Termo de colaboração e fomento como espécie de convênios		286
2.5.2. Do chamamento público		286
2.5.3. OSCs impedidas de firmar parcerias		287
2.5.4. Das sanções administrativas à entidade – art. 73		288
2.5.5. Casos de não aplicação da Lei n. 13.019/14		289
2.5.6. Atuação de entidades em rede – Art. 35-A		290
2.5.7. Dos atos de Improbidade Administrativa		290

ESTUDO AVANÇADO

1. Conceito de paraestatais	291
-----------------------------------	-----

REVISÃO**CAPÍTULO 5****ATOS ADMINISTRATIVOS..... 295**

1. Conceito	295
2. Ato administrativo como espécie de ato jurídico	298
3. Fato administrativo e fato da administração.....	300
4. O silêncio administrativo	300
5. Requisitos ou elementos de validade dos atos administrativos	303
5.1. Competência ou sujeito	303
5.1.1. Características	304
5.1.2. Delegação e avocação	305
5.1.3. Vícios na competência.....	308
5.2. Finalidade.....	310
5.3. Forma	312
5.3.1. Formalização ou formalidade	312
5.4. Motivo.....	314
5.5. Objeto	316
6. Discricionariedade e vinculação	319
6.1. Discricionariedade e mérito administrativo	321
6.2. Surgimento da discricionariedade....	321
7. Atributos ou prerrogativas do ato administrativo.....	322
7.1. Presunção de legitimidade e veracidade.....	322
7.2. Imperatividade	323
7.3. Autoexecutoriedade.....	324
7.3.1. Exigibilidade e executoriedade...	326
7.4. Tipicidade.....	327
8. Classificação dos atos administrativos.....	327
8.1. Quanto aos destinatários	327
8.2. Quanto ao alcance	328
8.3. Quanto ao objeto	328

8.4. Quanto ao regramento ou vinculação ou grau de liberdade.....	329
8.5. Quanto à formação/número de vontades.....	330
8.6. Quanto à eficácia.....	333
8.7. Quanto à elaboração ou exequibilidade.....	334
8.7.1. Perfeição, validade e eficácia (exequibilidade).....	335
8.8. Quanto aos efeitos	337
8.9. Quanto ao resultado sobre a esfera jurídica dos administrados (atos ampliativos e restritivos de direitos)	338
8.10. Quanto à natureza das situações jurídicas que criam (atos-regra, atos subjetivos, atos-condição)	338
9. ESPÉCIES DE ATOS ADMINISTRATIVOS.....	339
9.1. Atos normativos	339
9.2. Atos ordinatórios.....	339
9.3. Atos negociais	340
9.4. Atos enunciativos	346
9.5. Atos punitivos.....	347
10. Extinção dos atos administrativos	347
10.1. Extinção natural	347
10.2. Caducidade.....	347
10.3. Cassação.....	347
10.4. Contraposição ou derrubada.....	348
10.5. Revogação	348
10.5.1. Repristinação	349
10.5.2. Natureza do ato revogador.....	349
10.5.3. Atos que não admitem revogação	349
10.6. Anulação/invalidação	351
10.6.1. Efeitos da anulação.....	353
10.6.2. Prazo para anulação	353
11. Quadro sinótico das diferenças entre revogação e anulação	354
12. Atos irregulares	355
13. Convalidação	355
13.1. Efeitos da convalidação	357

13.2. Formas de convalidação	357
13.3. Quem pode fazer a convalidação ...	358
14. Conversão	358

ESTUDO AVANÇADO

1. Atos administrativos e atos da Administração	359
2. Controle dos atos de governo	360
3. Silêncio administrativo – atos vinculados e discricionários	360
3.1. Omissões da Administração X reserva do possível e mínimo existencial	361
4. Requisitos ou elementos de validade dos atos administrativos	363
5. Obrigatoriedade de motivação	364
6. Motivo e Móvel	365
6.1. Motivo e causa	365
7. Vinculação e Discricionariedade	366
7.1. Surgimento da discricionariedade	367
7.2. Discricionariedade e conceitos jurídicos indeterminados	367
8. Atributos do ato administrativo	369
8.1. Presunção de legitimidade	369
8.1.1. Presunção de legitimidade e prova de fato negativo (mitigação)	369
8.1.1.1. Presunção de veracidade ..	370
8.2. Imperatividade	370
8.3. Autoexecutoriedade	370
8.4. Tipicidade	371
9. Classificação dos atos	371
9.1. Atos de império e gestão	371
9.2. Quanto à formação	371
9.3. Perfeição, validade e eficácia	372
9.3.1. Plano da eficácia	373
9.3.2. Atos de efeitos reflexos e prodrômicos (Celso Antônio Bandeira de Mello)	374
9.3.3. Vigência e eficácia	375

9.4. Outras classificações	376
10. Espécies de atos administrativos	376
10.1. Permissão	376
11. Panorama sobre a responsabilização do advogado parecerista	377
12. Extinção dos atos administrativos	382
12.1. Anulação e invalidação	382
12.2. Celso Antônio (2004, p. 410) apresenta as seguintes formas de extinção	383
12.3. Revogação e repristinação	384
12.4. Prazo quinquenal para anulação	385
12.5. Efeitos da anulação	385
12.6. Contagem do prazo de 5 anos para anulação	385
12.7. Atos nulos e anuláveis	385
12.8. Atos nulos e inexistentes	386
13. Correção de vícios	387
13.1. Vícios que podem ser corrigidos	387
13.2. Convalidação (ato vinculado ou discricionário?)	387
13.3. Agentes necessários e putativos	387

JURISPRUDÊNCIA SELECIONADA

REVISÃO

QUESTÕES DE CONCURSO

CAPÍTULO 6

PODERES ADMINISTRATIVOS	397
1. Introdução	397
1.1. Deveres do administrador	398
1.2. Abuso de poder	398
2. Poderes administrativos	400
2.1. Poder hierárquico	400
2.2. Poder disciplinar	402
2.2.1. Características	403
2.2.2. Prazos para aplicação das sanções previstas na Lei nº 8.112/90	405

5.2. Efetivos	459	sobre a duração do estágio probatório	494
5.3. Comissão	460	9.10. Aposentadoria e pensão	494
5.3.1. Diferenças entre cargos em comissão (CC) e funções de confiança (FC)	461	Modalidades de aposentadoria	497
5.3.2. Súmula Vinculante nº 13 do STF	461	Aposentadoria por Incapacidade permanente (“aposentadoria por invalidez”)	501
5.4. Criação, transformação e extinção dos cargos públicos	462	Aposentadoria Compulsória	502
5.4.1. Quadro resumo	462	Regras de Transição	503
6. Provimento	463	Contribuição previdenciária	509
7. Demissão e exoneração	464	Contribuição previdenciária após aposentadoria	511
8. Retribuições pecuniárias	465	Cálculo da valor da aposentadoria	512
8.1. Vinculação e equiparação de espécies remuneratórias	468	Abono de permanência	513
9. Normas constitucionais aplicáveis aos agentes públicos	469	Acumulação de proventos e vencimentos	514
9.1. Acessibilidade aos cargos públicos	469	Pensão por Morte	515
9.1.1. Vagas para negros – Lei nº 12.990/2014	473	Acumulação de pensão	516
9.2. Concurso público	474	Regime de Previdência Complementar – RPC	517
9.2.1. Abertura de concurso quando há candidato aprovado em concurso anterior com prazo de validade não expirado	478	10. Disposições da Lei nº 8.112/90	519
9.2.2. Exceções ao concurso público	479	10.1. Âmbito de aplicação	519
9.2.2.1. Terceirização na Administração Pública	480	10.2. Provimento – art. 8º	519
9.3. Direito de greve e livre associação sindical (art. 37, VI e VII)	481	10.2.1. Formas de provimento	520
9.4. Teto remuneratório	482	10.2.1.1. Nomeação	520
9.5. Acumulação de cargos	484	10.2.1.2. Promoção	523
9.6. Regime jurídico do servidor	487	10.2.1.3. Readaptação – art. 24	523
9.7. Direitos sociais extensíveis aos servidores públicos	488	10.2.1.4. Reversão – art. 25	524
9.8. Estabilidade	488	10.2.1.5. Reintegração – art. 28	525
9.8.1. Requisitos para conquistar a estabilidade	489	10.2.1.6. Recondução – art. 29	526
9.8.2. Estabilização extraordinária	489	10.2.1.7. Aproveitamento – art. 30	527
9.8.3. Hipóteses de perda do cargo pelo servidor estável	490	10.3. Da vacância – art. 33	527
9.9. Estágio probatório	492	10.4. Remoção e redistribuição – arts. 36 e 37	528
9.9.1. Prazo do estágio probatório	493	10.5. Substituição – art. 38	529
9.9.2. Quadro explicativo sobre as “fases” dos entendimentos		10.6. Das vantagens – art. 49 (IGA)	530
		10.6.1. Espécies de indenizações	531
		10.6.1.1. Ajuda de custo – art. 53 ..	531
		10.6.1.2. Diárias – art. 58	531
		10.6.1.3. Indenização de transporte – art. 60	532
		10.6.1.4. Auxílio-moradia – art. 60-A	532
		10.6.1.4.1. Limites para a concessão do auxílio	534
		10.6.2. Das gratificações e adicionais ..	534

10.6.2.1. Da retribuição pelo exercício de função de direção, chefia e assessoramento – art. 62.....	534	10.8.1. Concessão de horário especial – art. 98	552
10.6.2.2. Da gratificação natalina – art. 63	535	10.8.2. Garantia de matrícula – art. 99....	553
10.6.2.3. Dos adicionais de insalubridade, periculosidade ou atividades penosas – art. 68	535	10.8.3. Tempo de serviço – art. 100	554
10.6.2.4. Do adicional por serviço extraordinário – art. 73 ...	536	10.9. Direito de petição.....	556
10.6.2.5. Do adicional noturno – art. 75	537	10.10. Regime disciplinar	557
10.6.2.6. Do adicional de férias – art. 76	538	10.10.1. Dos deveres – art. 116.....	557
10.6.2.7. Gratificação por encargo de curso ou concurso – art. 76-A	538	10.10.2. Das proibições – art. 117	558
10.6.2.8. Férias – art. 77	539	10.10.3. Das responsabilidades – art. 121.....	563
10.6.3. Das licenças – art. 81.....	541	10.10.4. Cumulação das sanções.....	564
10.6.3.1. Licença por motivo de doença em pessoa da família – art. 83	542	10.10.5. Das penalidades – art. 127	566
10.6.3.2. Licença por motivo de afastamento de cônjuge ou companheiro – art. 84	543	10.10.6. Advertência – art. 129	566
10.6.3.3. Licença para o serviço militar – art. 85	544	10.10.7. Suspensão – art. 130	567
10.6.3.4. Licença para atividade política – art. 86	544	10.10.8. Cancelamento dos registros de advertência e suspensão – art. 131	567
10.6.3.5. Licença para capacitação – art. 87	545	10.10.9. Demissão – art. 132.....	568
10.6.3.6. Licença para tratar de interesses particulares – art. 91	546	10.10.10. Cassação de aposentadoria ou disponibilidade e destituição de cargo em comissão – art. 134	570
10.6.3.7. Licença para o desempenho de mandato classista – art. 92	547	10.10.11. Efeitos secundários da sanção disciplinar.....	570
10.7. Afastamentos	548	10.10.12. Competência para aplicação das penalidades – art. 141	571
10.7.1. Afastamento para servir a outro órgão ou entidade – art. 93.....	548	10.10.13. Prescrição da ação disciplinar – art. 142	572
10.7.2. Afastamento para exercício de mandato eletivo – art. 94	549	10.10.14. Prescrição intercorrente (prescrição no curso do processo).....	573
10.7.3. Afastamento para estudo ou missão no exterior – art. 95... ..	550	10.11. Do processo administrativo disciplinar	573
10.7.4. Afastamento para participação em programa de pós-graduação stricto sensu no país – art. 96-A.....	551	10.11.1. Introdução	573
10.8. Das concessões – art. 97	551	10.11.2. Instrumentos processuais de apuração.....	574
		10.11.3. Consequências da sindicância ...	575
		10.11.4. Afastamento preventivo do servidor – art. 147	576
		10.11.5. Comissão – art. 149.....	576
		10.11.6. Fases do processo administrativo disciplinar	577
		10.11.7. Prazo para conclusão do PAD – art. 152	581
		10.11.8. Revisão do PAD – art. 174.....	581
		10.11.9. Processo sumário para verificação de acumulação ilegal de cargos, empregos e funções – art. 133	582
		10.11.10. Abandono de cargo – art. 138.....	582

10.11.11. Inassiduidade habitual – art. 139.....	583
10.12. Seguridade social do servidor – art. 183 e seguintes	583
10.12.1. Auxílio-natalidade – art. 196 ..	584
10.12.2. Salário-família – art. 197	585
10.12.3. Licença para tratamento de saúde – art. 202.....	585
10.12.4. Licença à gestante e à adotante e a licença-paternidade – art. 207	587
10.12.5. Licença por acidente em serviço – art. 211.....	589
10.12.6. Pensão – art. 215	589
10.12.7. Auxílio-funeral – art. 226.....	589
10.12.8. Auxílio-reclusão – art. 229.....	590
10.12.9. Assistência à saúde – art. 230	590

ESTUDO AVANÇADO

1. Classificação dos agentes públicos	591
2. Reversão voluntária – retorno em até 5 anos após aposentadoria voluntária	593

JURISPRUDÊNCIA SELECIONADA

REVISÃO

QUESTÕES DE CONCURSO

CAPÍTULO 8

LICITAÇÕES NA LEI 14.133/2021.....	609
1. Conceito	609
2. Âmbito de aplicação	611
3. Não aplicação da lei Nº 14.133/2021	612
3.1. Licitação para empresas públicas e sociedades de economia mista	612
4. Contratações no exterior	614
5. Contratações que envolvam recursos provenientes de empréstimo ou doação oriundos de agência oficial de cooperação estrangeira ou de organismo financeiro de que o Brasil seja parte	614
6. Objeto da licitação.....	615
7. Microempresa e empresa de pequeno porte	616
8. Objetivos da licitação	617

9. Dos princípios	619
Contudo, no caso de DESEMPATE, o art. 60 prevê alguns critérios que permitirão determinadas preferências em casos pontuais que veremos mais adiante. E, também, o art. 26 permite margem de preferência para: I – bens manufaturados e serviços nacionais que atendam a normas técnicas brasileiras; II – bens reciclados, recicláveis ou biodegradáveis, conforme regulamento.	623
10. Das definições	623
11. Plano de contratações anual	636
12. Do portal nacional de contratações públicas – art. 174	637
13. Vedações nas licitações – art. 14.....	639
13.1. Vedações gerais.....	639
13.2. Empresas em consórcio – art. 15 ...	640
13.3. Participação de cooperativas – art. 16.....	642
14. Fases da licitação – art. 17.....	643
15. Da fase preparatória – art. 18.....	644
16. Metodologia BIM – art. 19, § 3º	645
17. Vedação para aquisição de artigos de luxo – art. 20	645
18. Realização de audiência pública – art. 21 ...	646
19. Amostras e prova de conceito – art. 17, § 3º	646
20. Definição dos preços – art. 23	647
21. Pesquisa de preços e contratação direta – art. 23, § 4º	649
22. Pesquisa de preços para contratação de obras e serviços de engenharia – art. 23, § 2º	649
23. Sigilo de preços – art. 24	650
24. Edital – art. 25	651
24.1. Publicação do edital	653
24.2. Impugnação do edital.....	654

25. Apresentação de propostas e lances – art. 54 e seguintes.....	654
26. Julgamento – art. 33.....	654
26.1. Desclassificação de propostas – art. 56.....	656
26.2. Negociação direta com o vencedor.....	657
26.3. Desempate de propostas – art. 60.....	657
26.4. Margem de preferência – art. 26 ...	659
27. Habilitação – art. 62.....	660
27.1. Habilitação – art. 66.....	662
27.2. Habilitação técnico-profissional e técnico-operacional – art. 67.....	662
27.3. Habilitações fiscal, social e trabalhista – art. 68.....	664
27.4. Habilitação econômico-financeira – art. 69.....	665
28. Da fase recursal – art. 165.....	666
29. Sistemática recursal.....	667
30. Homologação – art. 71.....	667
31. Das modalidades de licitação – art. 28....	668
31.1. Concorrência e pregão – art. 29.....	670
31.2. Concurso – art. 30.....	671
31.3. Leilão – art. 31.....	672
31.4. Diálogo competitivo – art. 32.....	672
32. Dos procedimentos auxiliares – art. 78 ...	674
32.1. Credenciamento – art. 79.....	675
32.2. Pré-qualificação – art. 80.....	677
32.3. Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI) – art. 81.....	678
32.4. Sistema de Registro de Preços (SRP) – art. 82.....	679
32.5. Intenção de Registro de Preços (IRP) – art. 86.....	682
32.6. Registro Cadastral – art. 87.....	684
33. Da contratação direta – ART. 72.....	685
34. Inexigibilidade – art. 74.....	686
35. Dispensa – art. 75.....	690
36. Licitação dispensada – art. 76.....	697

JURISPRUDÊNCIA SELECIONADA

QUESTÕES DE CONCURSO

CAPÍTULO 9

CONTRATOS ADMINISTRATIVOS NA LEI 14.133/21

707

1. Contratos administrativos – art. 89..... 707

2. Classificação do contrato administrativo... 710

3. Eficácia do contrato..... 712

3.1. Convocação para assinatura do contrato..... 713

4. Reajuste, revisão e repactuação..... 715

4.1. Equilíbrio econômico-financeiro do contrato: causas justificadoras da inexecução e fatos posteriores à celebração do contrato..... 717

A) Fato do príncipe..... 719

B) Fato da administração..... 719

C) Teoria da imprevisão..... 720

D) Interferências imprevistas..... 720

E) Caso fortuito e força maior..... 721

Quadro resumo..... 721

5. Características dos contratos administrativos..... 721

5.1. Finalidade pública..... 721

5.2. Natureza de contrato de adesão..... 722

5.3. Prazo determinado – art. 105..... 722

5.3.1. Serviços contínuos..... 722

5.3.2. Contratos decorrentes de contratação direta..... 723

5.3.3. Administração usuária de serviço público..... 724

5.3.4. Contratos que geram receita para a Administração Pública..... 725

5.3.5. Contratos de escopo..... 725

5.3.6. Contrato com fornecimento de bens..... 725

5.3.7. Contrato de operação continuada de sistemas estruturantes de TI..... 725

5.4. Mutabilidade – art. 124..... 726

5.5. <i>Intuitus personae</i> ou personalidade ou pessoal	726
5.6. Presença de cláusulas exorbitantes	727
6. Das prerrogativas da administração – art. 104	727
6.1. Alteração unilateral – art. 124.....	728
6.2. Extinção unilateral.....	730
6.3. Fiscalização.....	731
6.4. Aplicação das penalidades – art. 155.....	734
6.4.1. Reabilitação (voltar a licitar e contratar).....	736
6.4.2. Rito para aplicação das sanções	737
6.4.3. Desconsideração da personalidade jurídica.....	738
7. Anulação.....	739
8. Retomada do objeto.....	740
9. Restrições ao uso da <i>exceptio non adimpleti contractus</i>	740
10. Garantias – art. 96	741
11. Cláusula de retomada em contratos de obras e serviços de engenharia – art. 102	743
12. Da alocação de riscos – art. 103	743
13. Da execução dos contratos – art. 115.....	745
13.1. Prorrogação automática da execução	746
14. Do recebimento do objeto do contrato – art. 140.....	747
15. Extinção dos contratos – art. 137	748
16. Dos pagamentos – art. 141.....	750
16.1. Remuneração variável – art. 144....	751
16.2. Pagamento antecipado – art. 145 ..	752
17. Da nulidade dos contratos – art. 147	753
18. Das impugnações, dos pedidos de esclarecimento e dos recursos – art. 164.....	755
18.1. Sistemática recursal.....	757
19. Dos meios alternativos de resolução de controvérsias – art. 151.....	758

QUESTÕES DE CONCURSOS

CAPÍTULO 10

SERVIÇOS PÚBLICOS.....	765
1. Introdução	765
2. Titularidade e forma de prestação	768
3. Competência para prestação dos serviços públicos	769
4. Conceito de serviço público.....	770
4.1. Conclusões sobre o conceito de serviço público	773
5. Empresas estatais e os serviços públicos...	774
6. Serviço público e poder de polícia.....	774
7. Classificação dos serviços públicos.....	775
8. Responsabilidade das concessionárias de serviço público	776
9. Princípios do serviço público	777
10. Exigência de licitação.....	779
11. Concessão e permissão de serviços públicos	783
11.1. Espécies de concessão	786
11.1.1. Cláusulas essenciais dos contratos de concessão.....	786
11.1.2. Mecanismos privados para resolução de disputas	787
11.1.3. Dos encargos do poder concedente	788
11.1.4. Direitos e obrigações dos usuários	789
11.1.5. Dos encargos da concessionária	789
11.1.6. Política tarifária	790
11.1.7. Subconcessão	791
11.1.8. Da intervenção	792
11.1.9. Da extinção da concessão – art. 35.....	793
12. Parceria público-privada.....	796
12.1. Espécies.....	799
12.2. Exigência de licitação	799
12.3. Julgamento das propostas.....	800
12.4. Lances em viva voz	801
12.5. Inversão de fases	801

12.6. Vedações	801	12.5. Dos deveres do usuário – art. 8º	823
12.7. Das cláusulas contratuais	802	12.6. Das manifestações dos usuários de serviços públicos – art. 9º	823
12.8. Formas de contraprestação ao parceiro privado.....	803	12.7. Das ouvidorias	825
12.9. Das garantias	803	12.8. Dos Conselhos de Usuários	826
12.10. Sociedade de propósito específico.....	804	12.9. Da avaliação continuada dos serviços públicos	826
13. Autorização.....	804	12.10. Disposições finais e transitórias ..	826
ESTUDO AVANÇADO		13. Prorrogação de prazo e relicitação em contratos de concessões de rodovias, ferrovias e de aeroportos federais	827
1. Formas de prestação	805	13.1. Introdução.....	827
2. Prestação de serviços públicos por meio de empresas estatais.....	806	13.2. Relicitação	828
2.1. ADPF nº 46 – o serviço postal (serviço público ou atividade econômica?)	807	13.3. Prorrogação antecipada	829
3. Conceito de serviço público.....	810	JURISPRUDÊNCIA SELECIONADA	
4. Classificação dos serviços públicos.....	811	REVISÃO	
4.1. Serviços uti universi e concessão de serviço público.....	813	QUESTÕES DE CONCURSO	
5. Política tarifária nas concessões	814	CAPÍTULO 11	
6. Extinção da concessão.....	815	IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	841
7. Parceria Público-Privada.....	816	1. Moralidade × probidade.....	841
7.1. Equilíbrio econômico-financeiro e contratos de PPP	816	2. Ação de improbidade × ação popular.....	842
7.2. Garantias nas PPPs	817	3. O Ministério Público	843
8. Permissão de Serviço Público	817	4. Constitucionalidade da ação de improbidade	843
9. Autorização de serviço público.....	818	5. Alterações provocadas com a lei nº 14.230/21	844
10. Princípios do serviço público	819	6. Fundamento constitucional.....	847
11. Concessão – Competência legislativa	819	7. Regulamentação e sanções previstas na LIA	852
12. Lei nº 13.460/2017, de 26 de junho de 2017 – Lei dos usuários dos serviços públicos	820	7.1. Abrangência da sanção de proibição de contratar com o poder público..	854
12.1. Introdução.....	820	7.2. Abrangência da sanção de perda da função pública	854
12.2. Conceitos.....	820	7.3. Execução das penas.....	855
12.3. Princípios.....	821	7.4. Retroatividade da reforma da lei de improbidade administrativa (Lei nº 14.230, de 25 de outubro de 2021) ...	856
12.4. Dos direitos básicos e deveres dos usuários	821	7.4.1. Introdução	856
12.4.1. Da Carta de Serviços.....	822		

7.4.2. Princípios do direito (administrativo) sancionador no Brasil e no exterior.....	857	12.2. Transação, acordo ou conciliação (acordo de não persecução cível)...	891
7.4.2.1. Direito Estrangeiro.....	858	12.2.1. Legitimidade e requisitos	892
7.4.2.1.1. Portugal.....	858	12.2.2. Procedimento	892
7.4.2.1.2. Itália.....	859	12.2.3. Oitiva do Tribunal de Contas	893
7.4.2.1.3. França.....	860	12.2.4. Momento	893
7.4.2.1.4. Espanha.....	860	12.2.5. Defesa pela assessoria jurídica	893
7.4.2.1.5. Argentina.....	861	13. Sentença da ação de improbidade	894
7.4.2.1.6. Tribunal Europeu de Direitos Humanos	862	13.1. Unificação de sanções	894
7.4.2.1.7. Conclusões sobre a análise do Direito estrangeiro	863	13.2. Aplicabilidade das sanções	895
7.4.2.2. Direito Brasileiro.....	863	14. Prescrição	896
7.4.2.2.1. Especificamente o princípio da retroatividade da lei sancionadora benéfica ao administrado: estado da arte	864	15. Da declaração de bens.....	899
7.4.2.2.2. A “interpretação autêntica” da Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal: a retroatividade das novas regras de improbidade	866	16. Das disposições penais	900
7.4.2.3. Síntese conclusiva.....	867		
7.4.3. Reforma da lei de improbidade administrativa: o que retroage e o que não retroage (visão dos autores)	868	ESTUDO AVANÇADO	
7.4.4. Meios processuais de alegação da retroatividade.....	870	1. Moralidade e probidade.....	901
7.4.5. Conclusões.....	870	2. Natureza das sanções previstas na lei de improbidade.....	901
8. Natureza da ação de improbidade	872	3. Lei nº 8.492/1992 e competência legislativa.....	901
9. Competência	873	4. Aplicação das sanções da lei de improbidade mediante processo administrativo	902
10. Lei de improbidade e “agentes políticos”	874	5. Patrimônio público	903
11. Elementos do ato de improbidade	877	6. Atos meramente irregulares – qualificação como ato de improbidade.....	903
11.1. Sujeito ativo	877		
11.1.1. Pessoa jurídica sujeito ativo	879	JURISPRUDÊNCIA SELECIONADA	
11.1.2. Ação de improbidade e foro por prerrogativa de função....	879	REVISÃO	
11.2. Sujeito passivo.....	880	QUESTÕES DE CONCURSO	
11.3. Ocorrência de ato de improbidade previsto nos arts. 9º, 10 ou 11.....	881	CAPÍTULO 12	
11.3.1. Elemento subjetivo.....	887	PROCESSO ADMINISTRATIVO	913
12. Do procedimento administrativo e do processo judicial.....	887	1. Introdução	913
12.1. Representação.....	887	2. Âmbito de aplicação	913
12.1.1. Legitimidade	888	2.1. Aplicação aos entes federativos	915
12.1.2. Rito	889	2.2. Aplicação na Administração Direta e Indireta, Poder Legislativo e Judiciário	915
		3. Princípios	916
		3.1. Princípios implícitos	925

4. Interessados	927	3.3. Teoria da culpa civil (teoria da responsabilidade subjetiva)	951
5. Impedimento e suspeição	929	3.4. Teoria da culpa administrativa ou culpa do serviço ou culpa anônima (faute du service).....	952
6. Início do processo.....	930	3.5. Teorias do risco	953
7. Da competência.....	931	3.5.1. Teoria do risco integral	954
7.1. Delegação e avocação	931	3.5.1.1. Responsabilidade por danos ambientais.....	956
7.1.1. Características da delegação	933	3.5.2. Teoria do risco administrativo	957
7.1.2. Avocação	933	3.6. Quadro comparativo entre as principais teorias da responsabilidade estatal.....	959
7.1.3. Diferenças e semelhanças entre delegação e avocação.....	934	4. Responsabilidade civil do estado no direito brasileiro	959
8. Desistência e extinção do processo.....	934	4.1. Regra: responsabilidade objetiva (teoria do risco administrativo).....	959
9. Da decisão coordenada	935	4.1.1. Pressupostos da responsabilidade do Estado.....	960
10. Recursos	935	4.1.2. Saída de presos em datas comemorativas: “saidão”	969
10.1. Legitimados	937	4.2. Histórico da responsabilidade estatal no Brasil.....	971
10.2. Prazos	938	5. Análise do art. 37, § 6º	973
10.3. Agravamento (reformatio in pejus)	938	5.1. Responsabilidade de concessionários e permissionários de serviços públicos	974
ESTUDO AVANÇADO		6. Estado como “garante”/situação propiciatória de dano.....	976
1. PROCESSO E PROCEDIMENTO	939	7. Hipóteses de exclusão da responsabilidade objetiva	978
REVISÃO		7.1. Caso fortuito e força maior	978
QUESTÕES DE CONCURSO		7.2. Culpa exclusiva da vítima	980
CAPÍTULO 13		7.2.1. Como os tribunais vêm analisando o tema	982
RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO....		8. Responsabilidade por ato lícito	983
1. O que é responsabilidade civil?	945	8.1. Como os tribunais vêm analisando o tema	983
2. Classificação da responsabilidade civil	946	9. Responsabilidade subjetiva por ato omissivo: faute du service	983
2.1. Classificação quanto à configuração: responsabilidade objetiva e subjetiva	946	9.1. Como os tribunais vêm analisando o tema	985
2.2. Classificação quanto à conduta: responsabilidade comissiva e omissiva	948		
2.3. Comparando.....	949		
3. Evolução histórica da responsabilidade estatal: teorias	949		
3.1. Teoria da irresponsabilidade do Estado	949		
3.2. Teoria (civilista) da responsabilidade por atos de gestão	951		

10. Quadro-resumo das teorias sobre a responsabilidade civil do estado admitidas no Brasil.....	986
11. Responsabilidade civil por atos não administrativos.....	986
11.1. Responsabilidade por ato judicial ..	986
11.1.1. Indenização em razão de prisão preventiva.....	989
11.2. Responsabilidade por atos legislativos	990
12. Danos de obra pública	992
13. Cobrança judicial do dano e ação regressiva	993
13.1. Responsabilidade do agente público.....	993
13.2. Ação regressiva: legitimidade passiva.....	994
13.3. Ação regressiva: denúncia à lide.....	995
14. Prescrição	997

ESTUDO AVANÇADO

1. Teorias – evolução	998
1.1. Omissão genérica e específica	998
2. Teoria do risco integral	999
3. Responsabilidade de outras entidades.....	1002
4. Danos causados por notários (tabeliães) e oficiais de registro	1002
5. Excludentes.....	1002
6. Concausas.....	1003
7. Responsabilidade na omissão	1003
8. O dano passível de indenização.....	1004
9. Responsabilidade por atos do Poder Judiciário	1004
10. Responsabilidade por omissão legislativa	1005
11. Ação regressiva: legitimidade passiva	1005
12. Ação regressiva: denúncia à lide.....	1006
13. Prescrição	1007

14. É possível a aplicação da “teoria da perda de uma chance” diante do poder público?	1008
--	------

JURISPRUDÊNCIA SELECIONADA

REVISÃO

QUESTÕES DE CONCURSO

CAPÍTULO 14

INTERVENÇÃO DO ESTADO NA PROPRIEDADE	1019
1. Introdução	1019
1.1. Competência	1020
1.2. Fundamentos	1020
1.3. Modalidades.....	1020
2. Servidão administrativa	1020
2.1. Objeto	1021
2.2. Formas de instituição	1021
2.3. Extinção	1021
2.4. Indenização	1021
2.5. Características	1022
3. Requisição	1022
3.1. Objeto e indenização.....	1022
3.2. Instituição e extinção	1023
3.3. Características	1023
4. Ocupação temporária.....	1023
4.1. Modalidades e indenização.....	1023
4.2. Extinção.....	1024
4.3. Características	1024
5. Limitações administrativas	1024
5.1. Indenização	1025
5.2. Características	1025
6. Tombamento	1025
6.1. Fonte normativa	1025
6.2. Objeto	1026
6.3. Natureza jurídica	1027
6.4. Espécies.....	1027

1. Introdução	1081
2. Classificação dos bens públicos	1081
2.1. Quanto à titularidade	1082
2.2. Quanto à natureza/destinação	1084
3. Características dos bens públicos	1087
3.1. Inalienabilidade	1087
3.2. Impenhorabilidade	1087
3.3. Imprescritibilidade	1088
3.4. Impossibilidade de oneração	1088
4. Uso dos bens públicos por particular	1089
4.1. Espécies de uso	1089
4.2. Uso de “bens públicos afetados” por particular	1090
4.2.1. Autorização de uso	1091
4.2.2. Permissão de uso	1092
4.2.3. Concessão de uso	1092
4.3. Uso de “bens públicos não afetados” por particular	1093
4.3.1. Locação	1093
4.3.2. Arrendamento	1094
4.3.3. Enfiteuse ou aforamento	1094
4.3.4. Cessão de uso	1094
4.3.5. Concessão de direito real de uso	1095
5. Aquisição de bens pelo poder público	1096
6. Bens públicos em espécie	1097
6.1. Terrenos de marinha e seus acréscimos	1097
6.2. Terrenos reservados e seus acréscimos	1099
6.3. Terras tradicionalmente ocupadas pelos índios	1100
6.4. Faixa de fronteira	1101
6.5. Terras devolutas	1101
6.5.1. Ação discriminatória	1102

ESTUDO AVANÇADO

1. Conceito de bens públicos	1103
2. Afetação e desafetação	1104
3. Autorização e permissão	1105

JURISPRUDÊNCIA SELECIONADA

REVISÃO

QUESTÕES DE CONCURSO

CAPÍTULO 16

CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO 1115

1. Controle administrativo	1115
1.1. Espécies de controle	1115
1.1.1. Quanto ao âmbito ou origem	1115
1.1.2. Quanto ao momento	1116
1.1.3. Quanto ao aspecto	1116
1.1.4. Quanto à amplitude	1117
1.2. Parâmetros de controle (art. 70, caput)	1117
1.3. Sujeitos passíveis de controle	1117
2. Tribunal de contas da união	1118
2.1. Natureza jurídica	1118
2.2. Sede: Distrito Federal (art. 73, caput)	1118
2.3. Autoadministração	1118
2.4. Alcance do controle (“jurisdição”) ...	1118
2.5. Composição: 9 Ministros (art. 73, caput)	1118
2.5.1. Requisitos para escolha (§ 1º) ...	1118
2.5.2. Garantias, prerrogativas e impedimentos	1119
2.5.3. Escolha (§ 2º) dos Ministros do TCU	1119
3. TCU – atribuições	1119
4. Fiscalização no âmbito estadual e municipal	1125
4.1. Fiscalização contábil, orçamentária e financeira (art. 31)	1125
4.2. Tabela comparativa das fiscalizações, nos diversos âmbitos federativos ...	1126
5. Outras disposições sobre a fiscalização contábil, financeira e orçamentária	1126
6. Outros órgãos que também realizam a fiscalização contábil, financeira e orçamentária (rol meramente exemplificativo)	1126
7. Remédios constitucionais	1127
7.1. Habeas corpus	1127

7.1.1. Considerações importantes.....	1128	2. Registro de aposentadoria.....	1142
7.1.2. Jurisprudências importantes	1129	3. Accountability.....	1144
7.2. Habeas data.....	1130		
7.3. Mandado de segurança.....	1131	JURISPRUDÊNCIA SELECIONADA	
7.3.1. Jurisprudências importantes	1132	REVISÃO	
7.3.2. Mandado de segurança coletivo	1133	QUESTÕES DE CONCURSO	
7.4. Mandado de injunção	1134	CONTROLE ADMINISTRATIVO.....	1147
7.4.1. Posições do STF sobre o manda- do de injunção	1136	CAPÍTULO 17	
7.4.2. A nova Lei do Mandado de Injunção (Lei 13.300, de 23.6.2016)	1138	SÚMULAS	1153
7.5. Ação popular	1140	1. Súmulas vinculantes	1153
8. DIREITO DE PETIÇÃO E DIREITO DE CERTI- DÃO	1141	2. Súmulas do STF.....	1153
		3. Súmulas do STJ	1155
		BIBLIOGRAFIA.....	1159
ESTUDO AVANÇADO			
1. Natureza jurídica do TCU	1141		